

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será(ão) desconsiderado(s) o(s) texto(s) que não for(em) escrito(s) na(s) **folha(s) de texto(s) definitivo(s)** correspondente(s).
- No **Caderno de Textos Definitivos**, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da sua prova discursiva. Caso queira assinar o texto da sua peça de natureza técnica, utilize apenas o nome **Auditor de Controle Externo**. Ao texto que contenha qualquer outra forma de assinatura será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Em cada questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **15,00 pontos**, dos quais até **0,75 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Na peça, esses valores corresponderão a **55,00 pontos** e **2,75 pontos**, respectivamente.

-- PROVA DISCURSIVA --

Questão 1

A União planeja executar as seguintes despesas no mesmo exercício financeiro:

- I aquisição de terreno necessário para as obras de um novo hospital público que será construído;
- II compra de um prédio já pronto, destinado à instalação de repartição pública;
- III repasse de recursos da União a determinado estado para a construção de moradia popular.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo com base na Lei n.º 4.320/1964 e na Lei Complementar n.º 101/2000, no qual sejam abordados os seguintes aspectos:

- 1 enquadramento da natureza de cada uma das despesas — de capital ou corrente; [valor: 4,75 pontos]
- 2 classificação de cada uma das três despesas conforme a categoria econômica; [valor: 4,75 pontos]
- 3 se tais despesas integram o montante da dívida pública fundada. [valor: 4,75 pontos]

QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Questão 2

Com base nas previsões da Constituição Federal de 1988 e na jurisprudência do STF, redija um texto dissertativo acerca da organização e composição dos tribunais de contas estaduais. Em seu texto, atenda ao que se pede a seguir.

- 1 Aborde o princípio constitucional segundo o qual os tribunais de contas estaduais devem seguir o modelo de organização e competências do TCU. [valor: 4,25 pontos]
- 2 Indique a quantidade de conselheiros que deve integrar os tribunais de contas estaduais. [valor: 5,00 pontos]
- 3 Discorra sobre os critérios de escolha dos conselheiros dos tribunais de contas estaduais, de acordo com o entendimento do STF. [valor: 5,00 pontos]

QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Questão 3

Uma equipe de auditoria foi designada para executar auditoria na sede da Secretaria Estadual de Educação (SEE) do estado X, com o objetivo de avaliar se determinado programa de distribuição de livros às escolas para a formação de bibliotecas escolares estava de acordo com os ditames legais no ano de 2024. O referido programa era operacionalizado mediante a compra dos livros pela SEE, distribuídos pela empresa fornecedora contratada diretamente às escolas estaduais nos diversos municípios do estado X. Durante o planejamento da auditoria, a equipe considerou elevado o risco da ocorrência de pagamento por produto não entregue e decidiu que seria adequado utilizar a técnica de circularização, mencionada nas normas internacionais de auditoria com o nome de confirmação externa.

A Lei estadual n.º 5.000/2020, que instituiu o programa em questão, prevê, em seu artigo 5.º, que a empresa contratada deve entregar os livros para todas as escolas constantes de uma relação a ser disponibilizada anualmente pela SEE. Já na fase de execução da auditoria, a equipe constatou, em virtude de inconsistências e omissões nos dados das escolas, indicados na listagem de unidades escolares beneficiárias entregue pela SEE à empresa fornecedora no ano de 2024, que os livros foram entregues apenas a 40% das unidades escolares que deveriam recebê-los naquele ano. Não obstante, a SEE pagou integralmente pelo material, como se este tivesse sido distribuído a todas as escolas previstas. O prejuízo aos cofres estaduais foi de R\$ 800 mil. A equipe registrou esse achado no relatório de auditoria.

Com base na situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo, respondendo, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos.

- 1 A auditoria realizada na situação em apreço é do tipo financeira, operacional ou de conformidade? [valor: 3,00 pontos]
- 2 Em que consiste a técnica de auditoria conhecida como circularização ou confirmação externa? Como essa técnica seria aplicada na auditoria em questão? [valor: 5,25 pontos]
- 3 Quanto à caracterização do achado de auditoria registrado pela equipe no relatório, qual seria a condição (ou situação encontrada), o critério de auditoria, a causa e o efeito do achado? [valor: 6,00 pontos]

QUESTÃO 3 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Peça de natureza técnica

Em trabalho de fiscalização do TCE/MS, a matriz de achados de auditoria apontou falha do gestor público por suposta alteração indevida na ordem cronológica dos pagamentos de contratos administrativos, uma vez que fora priorizado o pagamento de um contrato de prestação de serviços com vencimento posterior ao de um contrato de fornecimento de bens. Outra falha também apontada foi a falta de comunicação prévia do ocorrido ao TCE/MS, pois, embora reconhecido que, no âmbito administrativo do órgão auditado, tivesse sido lançada justificativa posterior quanto ao pagamento efetuado, consistente na invocação da condição de empresa de médio porte da beneficiada — condição que, segundo o gestor, excepcionaria a ordem cronológica de pagamentos —, a equipe de auditoria considerou que isso não elidia a falha.

A partir da situação hipotética apresentada, elabore, na condição de supervisor incumbido da revisão da referida matriz de achados, peça técnica na qual sejam analisados os achados em questão e o posicionamento da equipe de auditoria quanto à justificativa dada pelo gestor público, apontando eventuais impropriedades observadas e, se houver, as respectivas abordagens corretas. Fundamente sua análise na legislação pertinente e não crie fatos novos.

PEÇA DE NATUREZA TÉCNICA – RASCUNHO 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PEÇA DE NATUREZA TÉCNICA – RASCUNHO 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	